



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015  
RELATÓRIO**

**03ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA, competência mista, em matéria cível, previdenciário, execução fiscal e criminal, exceto juizados.**

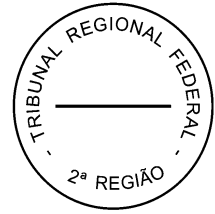
**Juíza Federal Titular: Dra. ALESSANDRA BELFORT BUENO FERNANDES DE CASTRO**

**Juíza Federal Substituta: Dra. CAROLINE VIEIRA FIGUEIREDO**

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 13 a 16 de outubro de 2015, a correição ordinária presencial da 3ª Vara Federal de Volta Redonda/RJ.

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Sr. Corregedor-Regional, Dr. Guilherme Couto de Castro, e o Exmo. Juiz Federal Convocado em auxílio, Dr. Paulo André Espírito Santo Bonfadini, compareceram pessoalmente no local, no dia 14 de outubro de 2015, ocasião em que conversaram com as d. Juízas Titular e Substituta sobre o juízo correicionado. As principais observações feitas referiram-se à alteração do provimento de Varas Tabelares, diante do equívoco corretamente observado pelos juízes neste particular, bem como com relação à eventual especialização de uma das Varas de Volta Redonda em matéria criminal, possibilidade ainda em estudo, em razão do qual também foram encaminhadas, por ordem do Exmo. Sr. Corregedor-Regional, planilhas estatísticas de processos distribuídos no ano de 2015, para análise pelos juízes das Varas correicionadas.

A d. Diretora da 3ª VF/VR entregou ainda, para que fosse anexado a este relatório, o Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/13242, que trata de nota de elogio enviada por advogado atuante no Sul Fluminense, recebida durante a Correição, em que enaltece o trabalho dos servidores do juízo correicionado e do MM. Juiz Substituto Dr. Pedro Esperanza Sudário, na condição de Juiz Tabelar, sendo certo que tal Ofício também foi encaminhado à Corregedoria, para que constasse dos respectivos assentamentos funcionais.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. “Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Observar o prazo de intimação de despachos, decisões e sentenças, previsto no art. 181 da CNCR, tendo em vista o excessivo intervalo verificado na planilha Apolo-Excel “Intimados” e também nos processos analisados;
3. Zelar pela devida amarração e identificação (através de etiquetas apropriadas) dos volumes dos processos, evitando-se o extravio e eventual perda;
4. Dar andamento aos processos parados e conclusos, com prazo vencido;
5. Efetuar o adequado controle da prescrição penal, nos termos dos artigos 248 a 250 da CNCR;
6. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, levando-se em conta, salvo melhor juízo, que não foi observada a respectiva ordem judicial em alguns deles;
7. Regularizar os processos com remessa externa com data de entrega expirada, em especial os processos nºs 05004905519984025104 e 05004957719984025104;
8. Observar a correta classificação das próximas sentenças a serem proferidas, bem como evitar a classificação “vazias”, cadastrando-se o tipo de intimação;
9. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 269 processos com tal fase não informada;
10. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos);
11. Cadastrar os bens apreendidos/acautelados no Sistema Apolo, efetuando-se a atualização dos dados, e verificando-se, ainda, a localização dos materiais descritos no “Relatório de Material Apreendido/Acautelado” referentes aos processos 00002032720134025104, 00015630720144025154 e 00022226920144025104;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

12. Promover a alteração dos registros efetuados no SNBA à medida em que for dada destinação aos bens apreendidos (destruição, devolução, perdimento ou alienação antecipada), conforme prescreve o Manual do Usuário do SNBA (fls. 17/18).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 13.667/2015 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 22/09/2015, e Portaria PR-RJ n.º 1.257, de 21/09/2015, os Procuradores da República Dra. Marcela Harumi Takahashi Pereira e Dr. Rodrigo Timoteo da Costa e Silva foram designados para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Presencial na 3ª Vara Federal de Volta Redonda, sem que, todavia, tenham comparecido pessoalmente no juízo correccionado para tanto.

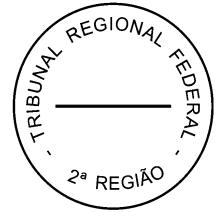
Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: de acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*“Há observância às normas supracitadas. Nos processos eletrônicos, mediante a utilização de identificadores próprios. Nos processos físicos, a identificação é feita observando-se a numeração da autuação.”*

. Titular: Dra. ALESSANDRA BELFORT BUENO FERNANDES DE CASTRO, designada em 26/03/2015, cf. TRF2-ATP-2015/00187, e com efetivo exercício a partir de 16/04/2015 (cf. TRF-PTC-2015/00130).

. Substituto: Dra. CAROLINE VIEIRA FIGUEIREDO, designada em 18/05/2015, cf. TRF2-ATP-2015/00311, com efetivo exercício a partir de 20/06/2015 (nos termos da portaria TRF2-PTC2015/00246).

### → ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

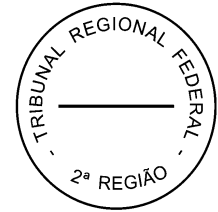
Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 07  
Técnicos Judiciários: 07  
Técnico Judiciário/Segurança: 00  
Auxiliar Judiciário: 00  
Estagiários: 04/04

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 2.

### → ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição anterior Abril/2014	Correição Outubro/2015
--------	----------------------------------	---------------------------



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

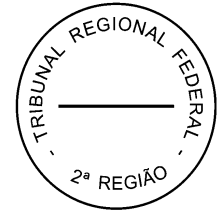
	Cível	Crim.	Exec. Fiscal	Cível	Crim.	Exec. fiscal
Total	1.823	228	4.039	1.677	195	3.116
Suspensos	258	48	2.086	208	45	2.161
Ag. julga. recurso	224	13	12	454	08	81
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.341</b>	<b>137</b>	<b>1.941</b>	<b>1.015</b>	<b>142</b>	<b>874</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.090</b>			<b>4.988</b>		

Fonte: Relatório da Correição Ordinária realizada em 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de outubro/2015, extraído em 05/10/2015.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Período	01/10/2014 a 30/09/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.864	60,25	45
Decisão	2.403	24,69	40
Sentença	1.466	15,06	67
<b>Total Geral</b>	<b>9.733</b>	<b>100,00</b>	<b>47</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 05/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ METAS DO CNJ

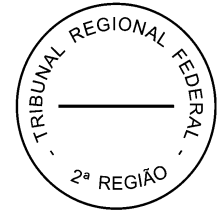
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

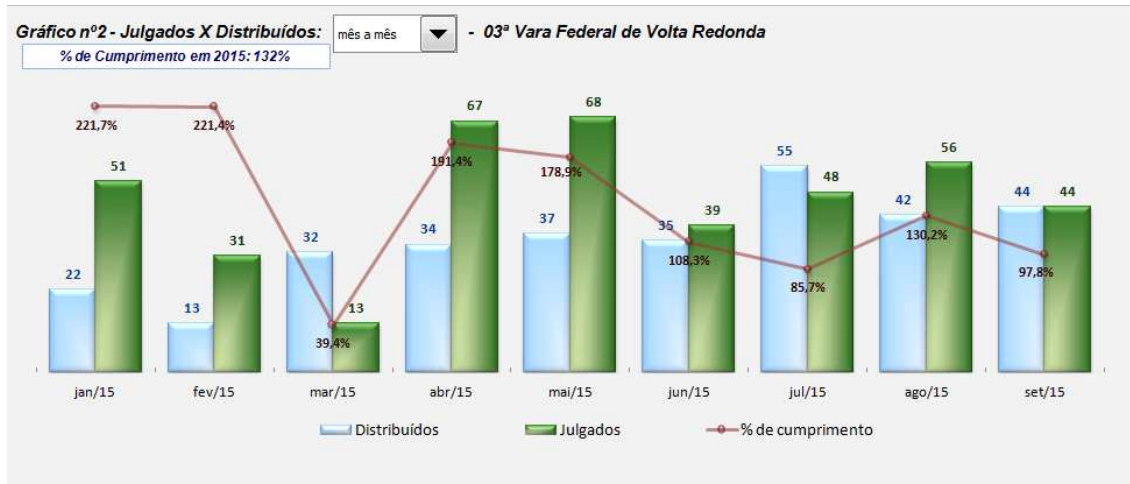
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 132%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

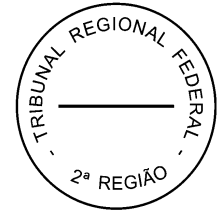


Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constam **50 processos** pendentes de julgamento:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta2\_TRF2\_2015 3 VF VR 25set

## 2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara	
ago/15	100%	SJRJ	03ª Vara Federal de Volta Redonda

Data de atualização:  
TRF - 08/09/2015  
SJRJ - 07/09/2015  
SJES - 08/09/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
<b>1º Grau</b>	74.095	66.196	2.714	68.910	5.185	93%
1º Grau / SJRJ	65.361	58.380	2.402	60.782	4.579	93%
1º Grau / SJES	8.734	7.816	312	8.128	606	93%
<b>Juizado Especial Federal</b>	96.215	93.979	1.373	95.352	863	99%
JEF / SJRJ	75.259	73.414	1.079	74.493	766	99%
JEF / SJES	20.956	20.565	294	20.859	97	100%
<b>Turma Recursal</b>	23.697	23.559	128	23.687	10	100%
TR / RJ	19.649	19.628	18	19.646	3	100%
TR / ES	4.048	3.931	110	4.041	7	100%
<b>TRF</b>	15.415	10.222	1.661	11.883	3.532	77%
SJRJ	160.269	151.422	3.499	154.921	5.348	97%
SJES	33.738	32.312	716	33.028	710	98%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>209.422</b>	<b>193.956</b>	<b>5.876</b>	<b>199.832</b>	<b>9.590</b>	<b>95%</b>
<b>03ª Vara Federal de Volta Redonda</b>	<b>1.200</b>	<b>1.109</b>	<b>41</b>	<b>1.150</b>	<b>50</b>	<b>96%</b>

**Verifique o Acervo Meta2 pendente:**

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta2\_TRF2\_2015 3 VF VR 25set

## 2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 08/09/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015  
Mês: Setembro  
Vara: 03ª Vara Federal de Volta Redonda

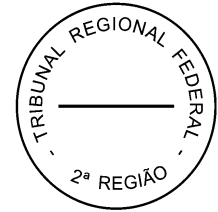
**Acervo pendente SJRJ**

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
1997	1	0	1
2002	1	0	1
2005	1	1	2
2006	1	1	2
2007	3	4	7
2008	4	5	9
2009	7	1	8
2010	14	6	20
<b>Total geral</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>50</b>

➤ Sem movimentação há mais de 100 dias: **18 processos:**

Processo	Classe
00027857820054025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00009900320064025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00036260520074025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00031887620074025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00030605620074025104	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00016985320064025104	21000-AÇÃO PENAL
00039003220084025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA





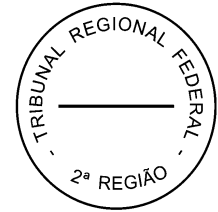
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00034084020084025104	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00009461320084025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00004871120084025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00000489720084025104	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00030868320094025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00043085220104025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00036295220104025104	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00033601320104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00028258420104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00015533120054025104	21000-AÇÃO PENAL
00003531320104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, **presencialmente** no juízo correicionado, os seguintes processos:

00031887620074025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico) (análise presencial), autuado em 06/09/2007. **Do total de 19 volumes entregues para exame, faltavam os volumes 2 e 3.** Liminar deferida em 21/09/2007. Inicial recebida em 24/04/2009 (fls. 166/169). Especificação de provas em 07/10/2010 (fl. 190). Julgamento convertido em diligência em 05/05/2011, e novamente em 01/06/2012 e em 07/07/2014. Alegações finais em 18/09/2014. **Concluso para sentença em 03/11/2014, sem minuta de texto no sistema. Necessário, s.m.j., regularizar a situação dos volumes faltantes.**

00016985320064025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 29/08/2006, fruto de desmembramento de outro processo. Etiqueta de meta 02 na capa. Controle de prescrição no sistema, com aviso/lembrete cadastrado, reportando-se à certidão de fls. 300/301. Etiqueta resumida na contracapa e certidão na contracapa, bem como às fls. 300/301 dos autos. Denúncia oferecida em 29/08/2006 e recebida em 13/06/2007 (Fls. 141/143). Proposta suspensão condicional do processo, em 25/08/2006 (fls. 133/135). Determinado o desmembramento do feito em 03/04/2007 (Fls. 137/139). homologada em 16/10/2007, pelo prazo de quatro anos (em audiência, fls. 195/197). Novas condições para suspensão do processo homologadas em 18/06/2010 (fls. 242/243). Benefício revogado em 19/06/2013 (fl. 297), em razão do descumprimento das condições fixadas. Absolvição sumária indeferida



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

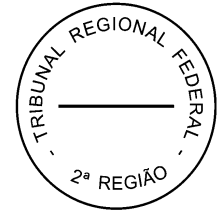
em 28/01/2014 (fls. 333/334). Processo concluso em 03/11/2014, com sentença prolatada em 24/09/2015 (fls. 388/397), publicada em 07/10/2015.

00039003220084025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico) (análise presencial), autuado em 11/12/2008. Liminar deferida em 13/04/2009 (fls. 23/34). Inicial recebida em 08/04/2011 (fls. 300/304). Especificação de provas em 27/09/2011 (fls. 311, enviado para publicação em 10/10/2011). Audiência realizada em 02/05/2012 (fl. 322). Julgamento convertido em diligência em 04/12/2014 (fl. 351). **Concluso para sentença em 06/04/2015, sem minuta de texto no sistema.**

00009461320084025104 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Físico) (análise presencial), autuado em 08/04/2009. Etiqueta de meta 02 na capa. Liminar deferida em 29/05/2008 (fls. 44/45). Audiência realizada em 02/08/2012 (fls. 434/435). Vista às partes para alegações finais em 19/08/2013 (fl. 665). **Concluso para sentença em 04/11/2013, com minuta de texto no sistema.**

00030868320094025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico) (Análise presencial), autuado em 16/10/2009. Liminar indeferida em 18/01/2010 (fls. 30/38). Inicial recebida em 10/05/2011 (fls. 312/313). Especificação de provas determinada em 14/09/2011 (fl. 353). Deferida produção de prova oral, em 30/10/2012 (fl. 618). Audiência realizada em 27/02/2013 (fls. 723/725), quando foi determinada apresentação de memoriais. Concluso em 03/05/2013, com sentença proferida em 25/09/2015 (Tipo A) (fls. 766/774), publicada em 07/10/2015.

00015533120054025104 - 21000-AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial – disponibilizados para análise pela equipe de correição apenas os volumes 3º, 4º e 5º), autuado em 25/05/2005. Apensado, de acordo com o sistema Apolo, ao processo n.º 20065104000081-1 (da 1ª VF/VR) e à cautelar de seqüestro, n.º 201051040010573. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se à certidão de fls. 1.508/1.511. Etiqueta resumida na capa do 5º vol. e certidão na contracapa. De acordo com o sistema Apolo, denúncia recebida em 26/04/2010. Decisão de 21/03/2014 (fls. 1.537/1.539), suspendendo a punibilidade em relação a alguns dos réus e determinando a tramitação em separado em relação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

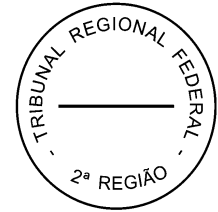
ao réu remanescente. **Concluso para sentença em 01/07/2014, sem minuta de texto no sistema.**

00003531320104025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico) (análise presencial), autuado em 23/02/2010, inicialmente distribuído à 2ª VF/VR. Com etiqueta de Meta 04 na capa. Em 26/03/2010 (decisão registrada no sistema em 05/04/2010, fls. 22/23), foi determinada a redistribuição para a 3ª VF/VR, por dependência ao processo n.º 2007.51.04.003188-7 (cf. decisão de 21/07/2010, fl. 29). Em 24/01/2011 (fls. 30/33), foi determinado o retorno dos autos à 2ª VF/VR. Inicial recebida em 19/12/2012 (fls. 88/91). Julgamento convertido em diligência em 18/04/2014 (fls. 167/171), quando foi reconhecida a conexão com o processo n.º 2007.51.04.003188-7, e novamente determinando o envio dos autos à 3ª VF/VR. Redistribuídos os autos em 16/05/2014. **Processo concluso para sentença em 05/11/2014, sem minuta de texto no sistema.**

Também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00043085220104025104 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Eletrônico), autuado em 03/08/2010. Antecipação da tutela deferida em parte, em 30/08/2010. Especificação de provas em 08/06/2011. Deferida produção de prova oral em 03/04/2014, na audiência realizada em 04/06/2014. Nova determinação de especificação de provas, em 07/01/2015. Deferida a oitiva de testemunhas, posteriormente cancelada (em 20/04/2015). Concluso para sentença em 04/05/2015, sem minuta de texto no sistema.

00028258420104025104 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Eletrônico), autuado em 17/09/2010. Liminar deferida em 03/02/2011. Suspenso o feito em 05/06/2013, em razão de óbito da parte e, na mesma decisão, foi deferida a habilitação dos seus sucessores. **Última conclusão para decisão, em 19/08/2014, com minuta de texto no sistema, datada de 22/07/2015, não intimado. Último movimento de juntada, em 08/10/2014.**



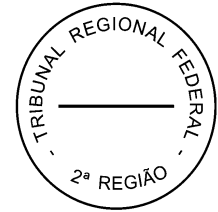
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➤ Sem movimentação há menos de 100 dias: **32 processos**

Processo	Classe
00320050519974025104	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
00008519020024025104	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00032404320054025104	06002-AÇÃO POPULAR
00000910520064025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00034866820074025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00027773320074025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00021408220074025104	01001-ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
00022066220074025104	21000-AÇÃO PENAL
00012657820084025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00012484220084025104	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00006684620074025104	21000-AÇÃO PENAL
00035796020094025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00034817520094025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00027066020094025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00024952420094025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00023462820094025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00017834420034025104	21000-AÇÃO PENAL
00015729520094025104	21000-AÇÃO PENAL
00030674320104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00030605120104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00030590320094025104	21000-AÇÃO PENAL
00030561420104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00030518920104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00025584920094025104	21000-AÇÃO PENAL
00020689020104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00015015920104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00014617720104025104	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00014461120104025104	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00008442020104025104	21000-AÇÃO PENAL
00008009820104025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00005321520084025104	21000-AÇÃO PENAL
00000847120104025104	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO

Dos quais foram analisados, **presencialmente** no juízo correicionado, os seguintes processos:

00320050519974025104 – 05010 - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Físico) (análise presencial), autuado em 04/07/1997. Diante da data da distribuição do

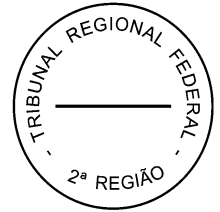


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

feito na Justiça Federal, somente a partir do despacho de 01/08/2002 os textos constam do sistema Apolo. No processo original, na Justiça Estadual, de n.º 7.678/88, consta que a imissão na posse ocorreu em 05/07/1989 (fl. 19). Sentença às fls. 84/87, fixando a indenização em 01/04/1996. Declinada a competência para a Justiça Federal (fl. 100), em 17/01/1997. Em 20/02/2006, foi determinada a averbação da expropriação no registro imobiliário (fl. 256). Em 24/07/2015, conclusão para despacho, assinado em 07/10/15, determinando intimação da Expropriante para que esclareça a situação das contas de depósito judicial, publicado em 15/10/15.

00032404320054025104 – 06002 - AÇÃO POPULAR (Físico) (análise presencial), autuado em 03/10/2005. Liminar indeferida em 06/10/2005 (fls. 685/692), parcialmente reconsiderada em 26/10/2005. Determinada especificação de provas em 22/11/2006 (fl. 1.129). Saneador em 16/04/2007 (fls. 1.154/1.163). Em 25/09/2007, decisão determinando expedição de ofícios (fls. 1.292/1.297). Julgamento convertido em diligência em 30/07/2012 (fl. 1.790). Indeferida a produção de prova pericial, em 27/11/2012 (fl. 1.856). Julgamento convertido novamente em diligência em 01/10/2014 (fl. 1.960), e mais uma vez em 25/08/2015 (fl. 1.977). Último despacho de 01/10/2015, deferindo vista pelo prazo de 05 dias ao Autor (fl. 2.312). Último movimento de devolução de remessa, em 05/10/2015.

00022066220074025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 25/06/2007. Etiqueta de meta 02 na capa. **Controle de prescrição incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado.** Etiqueta resumida na capa do 1º vol., e certidão na contracapa, cópia da de fl. 221. Denúncia em 16/06/2008 e recebida em 23/10/2008 (fl. 72). Absolvição sumária indeferida em 28/03/2014 (fls. 226/227). Absolvição sumária indeferida às fls. 226/227. Último despacho em 31/07/2015 (fl. 393), determinando pesquisa junto aos sistemas BACENJUD e RENAJUD, realizadas, com resultado infrutífero, em 09/10/2015.



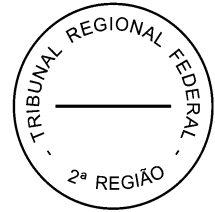
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00006684620074025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 22/03/2007. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se às certidões de fls. 336/338 e 361/362. Etiqueta resumida na capa do 1º vol., e certidão na contracapa. Denúncia oferecida em 04/07/2007 (aditada em 01/06/2011) e recebida em 14/11/2007 (fl. 116). Aditamento à denúncia recebido em 01/09/2011 (fl. 247). Absolvição sumária indeferida em 27/11/2012 (fls. 286/287). Processo concluso para sentença em 06/07/2015, sem minuta de texto no sistema.

00035796020094025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico) (análise presencial), autuado em 03/12/2009. **Sem etiqueta de meta na capa.** Liminar deferida em 01/02/2010 (fls. 55/74). Inicial recebida em 04/05/2011, registrada no sistema em 24/05/2011 (fls. 408/419). Especificação de provas determinada em 14/09/2011 (fl. 474). Suspenso o andamento do feito, em 24/05/2013 (fl. 591), em razão do óbito de parte, tendo sido deferida a habilitação dos sucessores em 24/06/2013 (fl. 609). **Processo concluso para sentença em 01/12/2014, sem minuta de texto no sistema.**

00017834420034025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 16/07/2003. **Controle de prescrição incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado. Sem etiqueta resumida de prescrição na capa de qualquer dos 03 volumes e, s.m.j., não foi localizada a certidão respectiva nos autos.** Denúncia oferecida em 02/07/09 e recebida em 08/07/2009 e aditamento respectivo (oferecido em 30/08/13 – fls. 07/12), recebido em 16/09/2013 (fl. 366). Absolvição sumária indeferida em 12/05/2014 (fls. 512/513). Alegações finais do MPF, em 24/09/15 (fls. 716/721) e último ato ordinatório, de 09/10/15, para alegações finais do Réu.

00015729520094025104 - 21000-AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 05/06/2009. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se à certidão de fls. 477/479. Etiqueta de prescrição resumida na capa e certidão na contracapa do 2º volume, e às fls. 477/479 e 483. Denúncia oferecida em 05/06/2009, recebida em 15/06/2009 (fls. 309/310), cujo teor, porém, não consta, do sistema Apolo. Absolvição sumária indeferida em 22/06/2011 (fls. 437/439), mesma data em que foi determinada a suspensão do

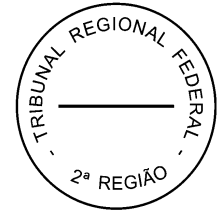


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

processo, na forma do art. 366 do CPP, em relação a um dos réus, e o prosseguimento do feito em relação a outro. Deferida prova pericial e oitiva de testemunhas em 05/12/2013 (fls. 483). Em 23/03/2015, foi determinada a expedição de ofício sobre o cumprimento de carta precatória expedida. Último despacho de 16/06/2015, para reiterar o citado ofício (fl. 504). Últimos movimentos em 27/07/2015, tipo “aguardando resposta de ofício”, e agora em 09/10/15, tipo “aguardando devolução de carta precatória”.

00030590320094025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 14/10/2009. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se às certidões de fls. 48 e 129. Etiqueta resumida de prescrição na capa, e certidão respectiva na contracapa e às fls. 48 e 129 dos autos. Denúncia oferecida em 14/10/2009 e recebida em 19/01/2010 (fls. 05/06). Determinada a suspensão do feito em razão de parcelamento (em 07/07/2011, fl. 77, cf. Art. 68, parág. único, da Lei n.º 11.941/2009), revogada em 25/03/2015, ocasião em que foi indeferida a absolvição sumária (fl. 167). Audiência realizada 20/05/2015 (fls. 187/188). Último despacho de 09/09/2015, determinando vista aos Réus para alegações finais. Último movimento de devolução de remessa, em 29/09/2015 e juntada de petição, em 02/10/2015.

00025584920094025104 – 21000 - AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial). Autuado em 09/09/2009. Processo com sigilo de peças. **Sem etiqueta de meta 02 na capa. Controle de prescrição incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado. Etiqueta de prescrição resumida na capa do vol. V, e certidão de fls. 1.818/1.820, sem cópia na contracapa.** Denúncia oferecida em 09/07/2010 e recebida em 09/07/2010 (fls. 504/509) e 28/10/2010 (fls. 1.012/1.018, em relação ao réu ocupante de cargo público). Pedido de revogação da prisão preventiva indeferido em 17/08/2010 (fls. 744/747) e também em 01/10/2010 (fls. 903/908). Em 06/04/2011 (fls. 1.535/1.542), foi deferida a revogação da prisão preventiva em relação a alguns denunciados, mantendo-se a de outros dois. Ato ordinatório em 18/09/2015, determinando vista aos Réus para alegações finais. Último movimento de juntada, em 28/09/2015, **ainda sem conclusão ao juiz.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

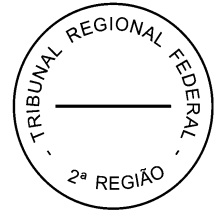
00008442020104025104 - 21000-AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 08/04/2010. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se à certidão de fls. 111/112. Etiqueta resumida na capa e certidão na contracapa. Denúncia oferecida em 03/05/2010 e recebida em 06/05/2010 (fl. 46). Homologada proposta de suspensão condicional do processo em 27/05/2010 (fls. 57/58), pelo prazo de dois anos, revogada em 10/06/2013 (fl. 113). Absolvição sumária indeferida em 25/09/2013 (fl. 120). Audiência realizada em 08/01/2014, na qual foi revista a decisão anterior e prorrogada a suspensão condicional do processo por mais um ano (fls. 126/127). Nova prorrogação da suspensão, em 18/08/2015, por seis meses.

00005321520084025104 - 21000-AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 15/02/2008. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se à certidão de fls. 134. Etiqueta resumida na capa e certidão na contracapa. Denúncia oferecida em 21/09/2009 e recebida em 20/10/2009 (fl. 56). Sentença classificada como “E1”, proferida em 24/09/2015, extinguindo a punibilidade, aguardando certidão de trânsito em julgado.

Analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00008519020024025104 - 05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO (Físico), autuado em 26/06/2002. Determinada realização de perícia, em 19/05/2009. Processo suspenso em 09/11/2012, aguardando documento do Município de Barra Mansa, essencial para a perícia. Declarada a incompetência da Justiça Federal, em 09/04/2013. Processo suspenso em 14/06/2013, aguardando decisão em agravo de instrumento. Em 18/09/2013, determinado o prosseguimento do feito na Justiça Federal, foi determinada a regularização do feito, com a citação dos confinantes e da União. Em 07/10/2014, determinada a citação por edital, dentre outras determinações, nomeado curador especial em 02/02/2015. Determinada especificação de provas, em 01/06/2015. Último despacho de 08/09/2015, determinando intimação da União. Último movimento de carga para AGU, em 11/09/2015, devolvido em 13/10/2015.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00012657820084025104 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Físico), autuado em 16/05/2008. Inicial deferida em 03/07/2008. Audiência cancelada e suspenso o processo por 90 dias, cf. despacho de 07/12/2010. Determinada especificação de provas em 13/06/2011. Em 03/04/2014, indeferida liminar e deferida prova pericial. **Último despacho de 25/06/2015, determinando designação de data para início da perícia no local. Último movimento de carga para perito, em 25/06/2015.**

00015015920104025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Físico), autuado em 31/05/2010. Liminar deferida em 01/06/2010. Inicial recebida em 16/12/2010. Determinada especificação de provas em 10/07/2012. Deferida produção de prova oral, em 18/07/2013. Audiências realizadas em 06/11/2013 e 19/11/2014. Julgamento convertido em diligência, em 14/08/2015. Concluso para decisão em 02/09/2015, sem minuta de texto no sistema.

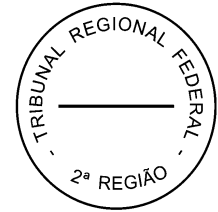
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 15/10/2015.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação:

Microsoft Excel - Meta 4 3 volta redonda rj 2015 [Modo de Compatibilidade]

## 2ª Região TRF2 Meta 4 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data: set/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Data de atualização: TRF - 01/10/2015 | SJRJ - 01/10/2015 | SJES - 01/10/2015

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	222	160	26	186	36	84%	120%
SJRJ	543	94	77	171	372	31%	45%
SJES	132	28	22	50	82	38%	54%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>897</b>	<b>282</b>	<b>125</b>	<b>407</b>	<b>490</b>	<b>45%</b>	<b>65%</b>
<b>03ª Vara Federal de Volta</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>40%</b>	<b>57%</b>

*Verifique o Acervo Meta4 pendente:*

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta 4 3 volta redonda rj 2015 [Modo de Compatibilidade]

## 2ª Região TRF2 Meta 4 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 01/10/2015

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

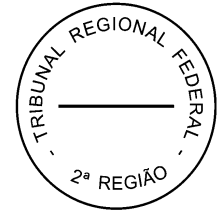
Ano: 2015 | Mês: Outubro | Vara: 03ª Vara Federal de Volta Redonda

**Acervo pendente SJRJ**

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
Ano distribuído			
2007	0	1	1
2008	0	1	1
2009	1	0	1
2010	1	2	3
2011	1	0	1
2013	2	0	2
<b>Total geral</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>9</b>

➤ Sem movimentação há mais de 100 dias: **04 processos**:

Processo	Classe
00031887620074025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00039003220084025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00028258420104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00003531320104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00031887620074025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

00039003220084025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

00028258420104025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

00003531320104025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

➤ Sem movimentação há menos de 100 dias: **05 processos:**

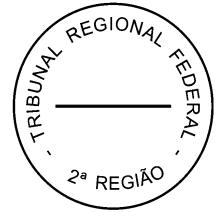
Processo	Classe
00035796020094025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00015015920104025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00014293820114025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00017319620134025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00036529020134025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00035796020094025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

00015015920104025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (já analisado no âmbito da Meta 02).

00014293820114025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Eletrônico), autuado em 06/07/2011. Processo com sigilo de peças. Declinada da competência em favor do TRF em 08/09/2011. Em



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

10/10/2011, deferida em parte a liminar, e novamente em 15/11/2011. Inicial recebida em 07/01/2013. Determinada especificação de provas, em 03/09/2014. Deferida prova pericial, em 08/01/2015. Último despacho de 01/10/2015, determinando vista às partes sobre o laudo pericial.

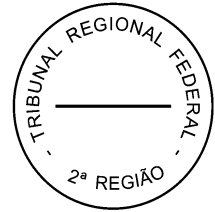
00017319620134025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Eletrônico), autuado em 23/10/2013. Liminar deferida em 29/01/2014. Inicial recebida em 07/01/2015. Determinada especificação de provas, em 06/04/2015. Deferida produção de prova testemunhal, em 19/05/2015. Última decisão de 21/09/2015, intimando as partes para alegações finais. Último despacho de 09/10/15, intimando a defesa para alegações finais.

00036529020134025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Eletrônico), autuado em 16/05/2013. Inicial recebida em 12/02/2014. Determinada especificação de provas em 31/03/2014. Deferida produção de prova oral, em 16/07/2015. Último despacho de 03/09/2015, determinando intimação de testemunhas para audiência designada para o dia 14/10/2015.

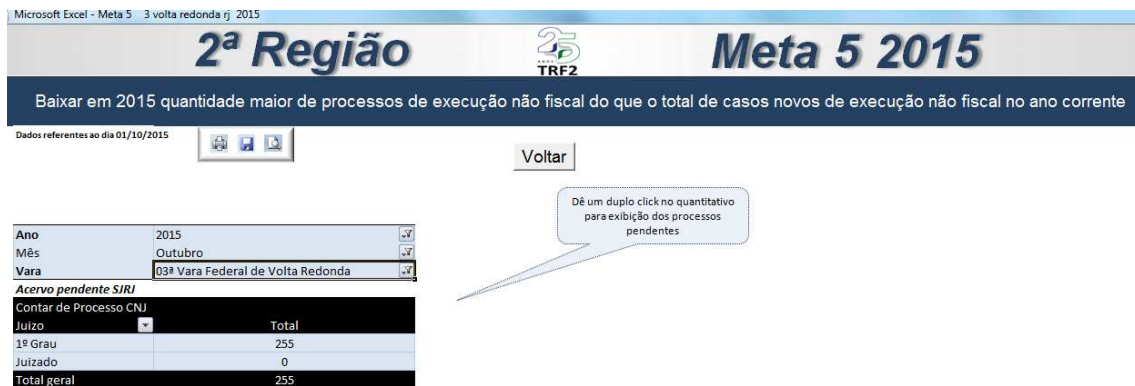
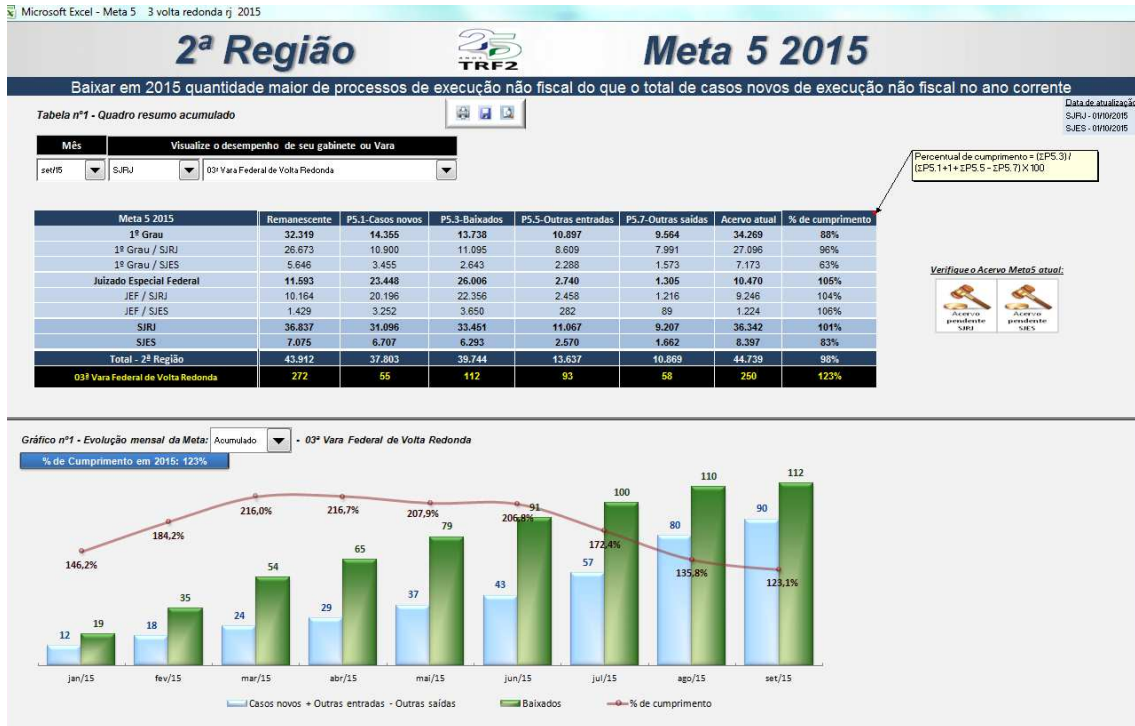
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 15/10/2015.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

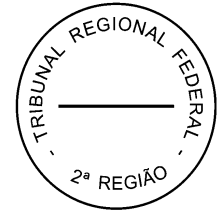


PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015.

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região:

Microsoft Excel - Meta 6 3 volta redonda rj 2015 [Modo de Compatibilidade]

## 2ª Região Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data: set/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Data de atualização: TRF - 01/10/2015 | SJRJ - 01/10/2015 | SJES - 01/10/2015

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	86	377	139	73%
SJRJ	859	472	80	552	307	64%
SJES	115	55	9	64	51	56%
1º Grau	974	527	89	616	358	63%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>1.490</b>	<b>818</b>	<b>175</b>	<b>993</b>	<b>497</b>	<b>67%</b>
03ª Vara Federal de Volta Redonda	14	6	3	9	5	64%

Verifique o Acervo Meta6 pendentes:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta 6 3 volta redonda rj 2015 [Modo de Compatibilidade]

## 2ª Região Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 01/10/2015

[Voltar](#)

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Outubro | Vara: 03ª Vara Federal de Volta Redonda

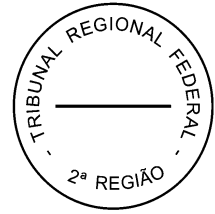
**Acervo pendente SJRJ**

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2005	1	0	1
2008	0	2	2
2010	0	1	1
2011	1	0	1
<b>Total geral</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

- Sem movimentação há mais de 100 dias: **03 processos:**

Processo	Classe
00012657820084025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (já analisado na Meta 02)
00009461320084025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (já analisado na Meta 02)
00043085220104025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (já analisado na Meta 02)

- Sem movimentação há menos de 100 dias: **03 processos:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Classe
00032404320054025104	06002-AÇÃO POPULAR (já analisado na Meta 02).
00006707420114025104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA

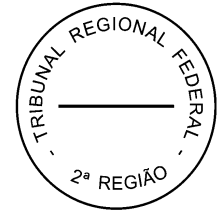
Analisado, **eletronicamente**, o seguinte processo:

00006707420114025104 – 06001 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Eletrônico), autuado em 30/03/2011. Decisão em 18/10/2010, declinando da competência para a Justiça Estadual. Despacho de 20/09/2011, determinando o prosseguimento do feito, enquanto se aguarda o julgamento do AI n.º 2011.02.01.009620-0. Determinada especificação de provas, em 24/08/2015. Concluso para decisão em 08/09/2015, sem minuta de texto no sistema.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta7\_TRF2\_2015 3 VF VR 25set

## 2ª Região TRF2 Meta 7 2015

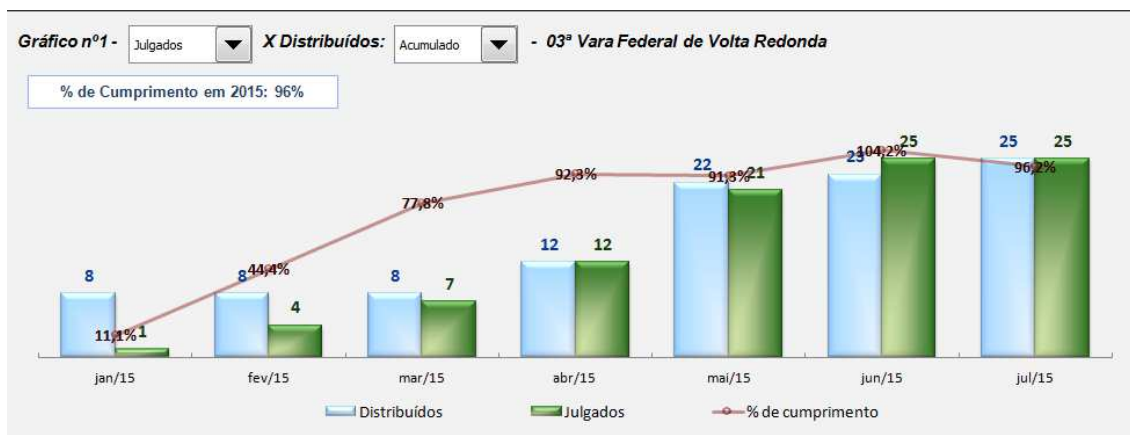
Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

**Tabela nº1 - Quadro resumo**

Data de atualização:  
TRF - 02/07/2015  
SJRJ - 02/07/2015  
SJES - 02/07/2015

Mês: jul/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Meta 7 2015	Distribuídos	Julgados	% de cumprimento	Baixados	% de cumprimento
1º Grau	1.751	1.315	75%	1.576	90%
1º Grau / SJRJ	1.456	1.032	71%	1.193	82%
1º Grau / SJES	295	283	96%	383	129%
Juizado Especial Federal	42	54	126%	75	174%
JEF / SJRJ	37	38	100%	52	137%
JEF / SJES	5	16	267%	23	383%
Turma Recursal	9	12	120%	13	130%
TR / SJRJ	8	10	111%	10	111%
TR / SJES	1	2	100%	3	150%
Tribunal Regional Federal	916	735	80%	712	78%
SJRJ	1.501	1.080	72%	1.255	84%
SJES	301	301	100%	409	135%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>2.718</b>	<b>2.116</b>	<b>78%</b>	<b>2.376</b>	<b>87%</b>
<b>03ª Vara Federal de Volta Redonda</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>96%</b>	<b>19</b>	<b>73%</b>

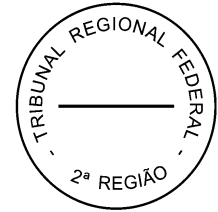


Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta 8 - 3 volta redonda rj 2015

## 2ª Região TRF2 Meta 8 2015

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data: set/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Data de atualização: TRF - 01/10/2015 | SJRJ - 01/10/2015 | SJES - 01/10/2015

Meta 8	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	692	774	148	427	770	61%
1º Grau / SJRJ	505	199	109	308	197	61%
1º Grau / SJES	187	75	39	114	73	61%
Juizado Especial Federal	17	7	6	13	4	76%
JEF / SJRJ	9	3	5	8	1	89%
JEF / SJES	8	4	1	5	3	63%
Turma Recursal	0	0	0	0	0	-
TR / RJ	0	0	0	0	0	-
TR / ES	0	0	0	0	0	-
TRF	134	84	17	101	33	75%
SJRJ	514	202	114	316	198	61%
SJES	195	79	40	119	76	61%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>843</b>	<b>365</b>	<b>171</b>	<b>536</b>	<b>307</b>	<b>64%</b>
<b>03ª Vara Federal de Volta Redonda</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>60%</b>

Verifique o Acervo Meta8 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta 8 - 3 volta redonda rj 2015

## 2ª Região TRF2 Meta 8 2015

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Dados referentes ao dia 01/10/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Outubro | Vara: 03ª Vara Federal de Volta Redonda

**Acervo pendente SJRJ**

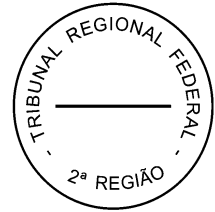
Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2005	0	1	1
2007	0	1	1
2013	2	0	2
<b>Total geral</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

➤ Sem movimentação há mais de 100 dias: **02 processos**

Processo	Classe
00015533120054025104	21000-AÇÃO PENAL (já analisado na Meta 02)
00006684620074025104	21000-AÇÃO PENAL (já analisado na Meta 02)

➤ Sem movimentação há menos de 100 dias: **02 processos**

Processo	Classe
00036043420134025104	21000-AÇÃO PENAL



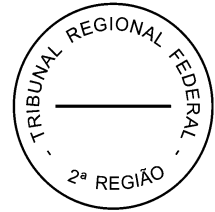
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00035437620134025104 | 21000-AÇÃO PENAL

Dos quais foram analisados, **presencialmente** no juízo correicionado, os seguintes processos:

00036043420134025104 – 21000 – AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 04/04/2013. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se às certidões de fls. 36/38 e 73/74. Certidão também à fl. 146. Etiqueta resumida na capa e certidão na contracapa. Denúncia oferecida em 04/04/2013 e recebida em 18/04/2013 (fls. 08/13). Suspenso o andamento do feito em 28/06/2013, até o julgamento final de *Habeas Corpus* (n.º 0008901-08.2013.4.02.0000). Diante da extinção da punibilidade com relação a um dos réus, foi determinado o prosseguimento do feito com relação aos remanescentes, em 25/09/2013. Nova suspensão do feito em 15/10/2013, até ulterior deliberação do TRF. Retomado o curso processual, em 16/12/2013. Nova notícia de *Habeas Corpus* (n.º 0002361-07.2014.4.02.0000), e nova suspensão do feito, em 21/02/2014 (fl. 512), retomado em 03/04/2014 (fl. 549). Audiência realizada em 19/11/2014, na qual foi assinado o prazo de 10 dias para que o acusado comparecesse pessoalmente em juízo para manifestar sua concordância com os termos da proposta de suspensão condicional do processo (fls. 772/773), o que foi feito à fl. 805. Último despacho de 22/04/2015, para intimação do Réu para que cumpra as determinações da assentada de fls. 772/773. Processo concluso para decisão em 15/10/15, com minuta de texto no sistema.

00035437620134025104 – 21000 – AÇÃO PENAL (Físico) (análise presencial), autuado em 07/03/2013. Etiqueta de Meta 04 na capa do processo. Controle de prescrição no sistema, com aviso reportando-se à certidão de fls. 61/62. Etiqueta resumida na capa. Denúncia oferecida em 06/03/2013 e recebida em 08/03/2013 (fls. 06/09). Processo suspenso em 11/07/2014 (fl. 190), até decisão final no incidente de insanidade, e retomado o curso, em 22/04/2015 (fl. 205). Último despacho de 01/07/2015, determinando intimação para razões finais da defesa. Concluso para sentença em 01/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

**➔ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CÍVEL**

**(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de outubro/2015, emitidos em 05/10/2015, verificou-se a seguinte situação:

**. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:**

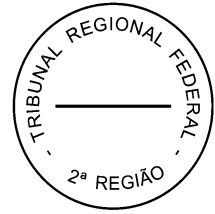
Total: 02  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 01  
Em trâmite: 01

0026176-13.2015.4.02.5104 - 2007 - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO/TRIBUTÁRIO (Eletrônico), autuado em 18/03/2015. Primeira decisão em 20/03/2015, indeferindo a liminar. Processo concluso para sentença em 04/05/2015, sem minuta no sistema.

**. AÇÃO POPULAR (Classe 6002):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0003240-43.2005.4.02.5104 (Físico), analisado no âmbito da Meta 02.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 6006):**

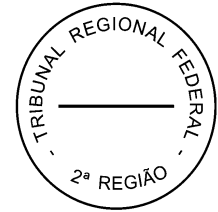
Total: 14  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 14

0000353-13.2010.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0001429-38.2011.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0001731-96.2013.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0002825-84.2010.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0003086-83.2009.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0003188-76.2007.4.02.5104 (analisado na Meta 02)  
0003579-60.2009.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0003652-90.2013.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)  
0003900-32.2008.4.02.5104 (Analisado na Meta 02)

Analisados, presencialmente no juízo correicionado:

0001560-86.2006.4.02.5104 (Físico) (análise presencial – apenas o 11º volume disponibilizado para análise pela equipe da correição), autuado em 17/08/2006. De acordo com informações do Sistema Apolo, liminar deferida em parte em 06/09/2006. Inicial recebida em 14/02/2007. Deferida prova testemunhal, em 24/10/2008. Prova pericial indeferida em 15/01/2010. Audiência realizada em 25/05/2011. Julgamento convertido em diligência em 04/04/2014. No 11º volume, consta sentença tipo “A”, proferida em 25/06/2015 (fls. 3.810/3.844), julgando parcialmente procedente o pedido. Embargos de declaração julgados em 12/08/2015 (fls. 4.142/4.143). Últimos movimentos de devolução de remessa ao MPF e juntada de contrarrazões às apelações interpostas, em 05/10/2015.

0001597-11.2009.4.02.5104 (Físico) (análise presencial), autuado em 09/06/2009. Liminar deferida em 03/12/2009 (registrada no sistema em 19/01/2010 – fls. 397/403). Inicial recebida em 26/04/2011 (fls. 457/461).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Determinada especificação de provas em 14/09/2011 (fl. 474). Sentença tipo “A” proferida em 25/03/2014, julgando parcialmente procedente o pedido (fls. 490/497). Trânsito em julgado certificado à fl. 497v, em 31/07/2014 (e cf. despacho de 20/05/2015, à fl. 515). Iniciada a execução do julgado, em 29/05/2015 (fls. 516/518). Decisão de 14/08/2015 (fls. 542/543), determinando penhora através do BACENJUD. Último despacho de 07/10/2015 (fl. 547), determinando expedição de mandado de penhora.

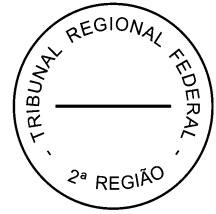
Analizados, eletronicamente, também os seguintes processos:

0001501-59.2010.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 31/05/2010. Liminar deferida em 01/06/2010. Inicial recebida em 16/12/2010. Deferida produção de provas em 18/07/2013. Audiência realizada em 06/11/2013, e novamente em 19/11/2014. Vista às partes para alegações finais, em 27/01/2015. Julgamento convertido em diligência em 14/08/2015. Último movimento de conclusão para decisão, em 02/09/2015, sem minuta de texto no sistema.

0163146-63.2014.4.02.5101 (Eletrônico), autuado em 06/11/2014, inicialmente distribuído à 15ª VF/RJ. Determinada a redistribuição para Volta Redonda, em 12/06/2015, efetuada em 02/07/2015. Último despacho de 09/10/2015.

0000274-29.2013.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 04/03/2013. Liminar deferida em 19/03/2013. Inicial recebida em 19/02/2014. Deferida produção de provas, em 18/09/2014. Audiência realizada em 29/10/2014, e também em 04/02/2015. Último despacho de 24/08/2015, determinando a suspensão do feito por 60 dias, ou até a devolução da carta precatória n.º 0011987-73.2014.4.02.5101. Processo suspenso desde então.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA/CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
(Classe 6007):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0001627-27.2001.4.02.5104 (Físico) (análise presencial – apenas o 16º volume disponibilizado para análise pela equipe de correição), autuado em 20/07/2001. Sentença tipo “A” proferida em 14/08/2015, julgando procedente em parte o pedido (fls. 4.162/4.206). Embargos de declaração julgados em 21/09/2015, de acordo com o sistema Apolo. Último movimento de intimação, em 14/10/2015.

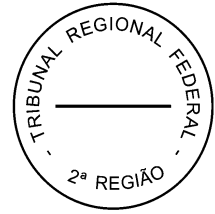
Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

**. AÇÃO DE USUCAPIÃO (Classe 5009):**

Total: 07  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 07

Analísado, presencialmente, o seguinte processo:  
0000084-71.2010.4.02.5104 (Físico) (análise presencial), autuado em 19/01/2010. Suspenso o feito para habilitação dos sucessores da Autora falecida (fl. 172, em 21/05/2012), homologada em 17/08/2012. Último despacho de 13/05/2015, determinando especificação de provas (fl. 266). Juntada, em 10/06/2015. Concluso para sentença em 09/10/15.

Eletronicamente, também foram analisados os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000851-90.2002.4.02.5104 (Físico), autuado em 26/06/2002. Inicialmente proposta na Justiça Estadual. Deferida perícia em 19/05/2009. Declarada incompetência da Justiça Federal, em 09/04/2013. Determinado o prosseguimento do feito na Justiça Federal (cf. decisão de 18/09/2013). Especificação de provas em 01/06/2015. Último despacho de 08/09/2015, determinando intimação da União. Último movimento de remessa com carga para AGU, em 11/09/2015.

0001446-11.2010.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 20/05/2010. Indeferida antecipação da tutela em 05/09/2011. Deferida prova oral, em 03/09/2012. Audiência realizada em 09/01/2013. Julgamento convertido em diligência em 16/06/2014. Último despacho, determinando especificação de provas em 20/07/2015. **Último movimento de juntada, em 08/09/2015.**

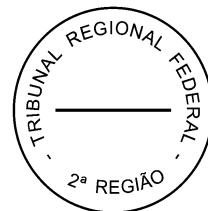
0002042-24.2012.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 02/10/012. **Concluso para decisão em 12/06/2015, sem minuta no sistema.**

0003521-57.2009.4.02.5104 (Físico), autuado em 01/12/2009. Sentença terminativa (Tipo “C”) proferida em 20/08/2015. Processo conclusivo em 08/09/2015 para decisão, com minuta de texto no sistema, assinada eletronicamente na mesma data, mas **remetido para publicação somente em 09/10/2015.**

0021818-82.2013.4.02.5101 (Eletrônico), autuado em 08/08/2013. Com sentença classificada como tipo “A”, proferida em 27/08/2015. Último movimento de devolução de remessa da CEF, em 02/10/2015.

0500115-58.2015.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 30/03/2015. Último despacho de 21/09/2015, para intimação da CEF/EMGEA, com prazo de 10 dias. Decisão em 12/10/2015, determinando emenda da petição inicial.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntico e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classe 5010):**

Total: 03

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 03

Analísado, presencialmente, o seguinte processo:

0032005-05.1997.4.02.5104 (Físico) (análise presencial), autuado na Justiça Federal em 04/07/1997. Imissão na posse em 05/07/1989 (fl. 19). Distribuído inicialmente para a antiga 2ª VF/VR, em 04/08/1998 e redistribuído para a 3ª VF/VR em 16/01/2002. Determinada expedição de alvarás em 20/09/2002. Em 08/03/2006, determinada intimação do Registro Imobiliário para averbação da expropriação determinada na sentença de fls. 84/87. Última conclusão para despacho em 24/07/2015, assinado eletronicamente em 07/10/15.

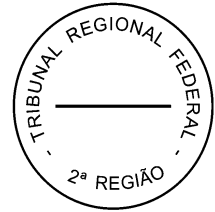
Foram ainda analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0031083-61.1997.4.02.5104 (Físico), distribuído em 07/04/1997, para a 1ª VF/VR. Redistribuído para acervo da antiga 2ª VF/VR (01JEF/VR), em 18/10/1997. Sentença publicada em 06/11/2000 (sem minuta de texto no sistema, em razão da época em que proferida). Redistribuído em 16/01/2002 para a 3ª VF/VR. Apelação recebida em 24/06/2002. Último despacho de 09/09/2015, deferindo vista dos autos à Autora, pelo prazo de 30 dias.

0140480-59.2014.4.02.5104 (Eletrônico), autuado em 30/07/2014. Determinada a suspensão do feito, na forma do art. 265, IV, a, do CPC, em 20/08/2015, em razão da propositura da ação civil pública n.º 0056338-88.2015.4.02.5104, que versa sobre questão prejudicial ao julgamento da desapropriação (obras de adequação do pátio ferroviário no perímetro urbano do Município de Barra Mansa/RJ). Último despacho de 26/09/2015, determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, análise





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CRIMINAL**

**. HABEAS CORPUS: 00**

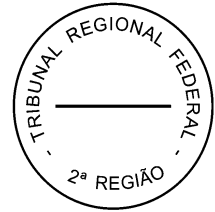
De acordo com o mapa estatístico extraído do sistema Apolo – Excel, extraído em 05/10/2015, não existem processos desta classe em tramitação no juízo correicionado, o que foi confirmado pelo servidor responsável pelo setor criminal, durante os trabalhos da correição presencial.

**. PROCESSOS COM RÉU PRESO:**

Posição em	<b>07/10/2015</b>
------------	-------------------

Réus Presos (cadastro)	<b>14</b>
Réus Presos (distintos)	<b>13</b>
Processos (distintos)	<b>6</b>

Juízo	Proc. + de 1 Réu Preso	Réu Preso + de 1 Proc.	Autor Cad. Réu Preso	Processo	Nome do Réu
03ª VF de VR	Não	Sim	Não	05004030620154025104	RIVANA SOUZA ARRUDA
03ª VF de VR	Não	Não	Não	05005304120154025104	CRISTIANO EUGENIO DE ANDRADE
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005312620154025104	EDE ENDERSON SANTANA SILVA
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005312620154025104	ANANDA MAIA ZILLE
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005312620154025104	WILLIAM MAIA ZILLE
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005312620154025104	ADEMIR ZILLE DE REZENDE
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	MARIO DO AMARAL VILLANI
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	HERVECIO LUCIANINHO COELHO
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	JOSIAS CAMPOS RIBEIRO
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	CLIVIO DE OLIVEIRA SOUZA
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	RAIMUNDO AUGUSTO DE LIMA
03ª VF de VR	Sim	Não	Não	05005321120154025104	WILLIAN LUIZ
03ª VF de VR	Não	Sim	Não	05005339320154025104	RIVANA SOUZA ARRUDA
03ª VF de VR	Não	Não	Não	05092405920154025101	CLIVIO DE OLIVEIRA DE SOUZA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

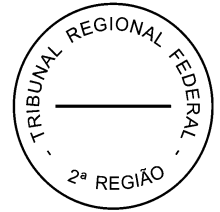
Durante os trabalhos de correição, todavia, não foram disponibilizados todos os processos com réu preso para análise pela equipe de correição, como se vê a seguir:

05004030620154025104 - 26003 - INQUÉRITO POLICIAL (físico – analisado apenas eletronicamente), autuado em 28/08/2015. Prisão em flagrante convertida em preventiva em 28/08/2015. Último despacho determinando vista dos autos ao MPF, em 23/09/2015. Remetido ao MPF no dia 28/09/15, devolvido no dia 29/09/15. Entretanto, **os autos foram remetidos novamente ao MPF, em 09/10/15.**

05092405920154025101 - 26003 - INQUÉRITO POLICIAL (físico) (análise presencial), autuado em 27/08/2015. Homologado o auto de prisão em flagrante, em 27/08/2015, na 6ª Vara Federal Criminal do RJ. Auto de apresentação e apreensão n.º 417/2015 (fl. 09), incluindo armamentos e munições. Declinada da competência para Volta Redonda, diante da conexão com o IPL n.º 0003133-81.2014.4.02.5101, em 28/08/2015 e redistribuído o feito em 31/08/2015. Conversão da prisão em flagrante em preventiva, em 01/09/2015 (fl. 31), que já havia sido determinada na ação cautelar n.º 0003144-13.2014.4.02.5104. Decisão em 09/09/2015 (fl. 37), declarando a suspeição da d. Juíza Substituta. Último despacho de 09/09/2015, determinando a autuação como IPL e encaminhamento dos autos ao MPF, e devolvidos estes em 11/09/2015, com cota do MPF assinando prazo de 15 dias para prosseguimento da investigação. Último movimento de juntada, em 08/10/2015. IPL n.º 1.049/2015-1 em apenso, com relatório da autoridade policial, datado de 02/09/2015.

05005304120154025104 - 21000 - AÇÃO PENAL (físico) (análise presencial no juízo correicionado), autuado em 25/09/2015. Processo fruto do desmembramento do IPL n.º 0003133-81.2014.402.5104, onde foi recebida a denúncia (em 25/09/2015), e vinculado à cautelar de quebra de sigilo de dados e/ou telefônicos n.º 3144-13.2014.4.02.5104. Última decisão de 08/10/2015 (fl. 89), declarando a suspeição da d. Juíza Federal Substituta e determinando encaminhamento dos autos ao Juízo tabelar.

Na mesma situação do processo acima:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

05005312620154025104 - 21000 - AÇÃO PENAL (físico – analisado eletronicamente), autuado em 25/09/2015. Decisão declarando a suspeição da magistrada, em 05/10/2015. Despacho em 08/10/15, determinando vista ao MPF para que se manifestasse sobre a prisão preventiva. Última decisão de 15/10/15, deferindo, dentre outras providências, produção de provas. Último movimento de Audiência de Instrução e julgamento, em 15/10/2015.

05005321120154025104 – 21000 – AÇÃO PENAL (Físico – analisado presencialmente), autuado em 25/09/2015. Decisão de suspeição de 08/10/2015 (fl. 101). Na mesma data, despacho deferindo acesso às mídias acauteladas.

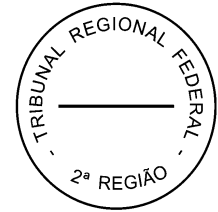
05005339320154025104 – 21000 – AÇÃO PENAL (Físico – analisado eletronicamente), autuado em 25/09/2015. Decisão em 15/10/2015, indeferindo absolvição sumária e designando audiência para o dia 11/11/15.

Fonte: Planilha Apolo – Excel, Réu Preso, extraída em 07/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

**. PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO (Classe 24005): 06**

Analizados eletronicamente os seguintes processos:

0002288-49.2014.4.02.5104 (Físico), autuado em 11/09/2014. Indeferido o pedido em 17/09/2014, em decisão reconsiderada em 27/11/2014. Novos pedidos de quebra de sigilo telefônico sucessivamente deferidos, sendo o último em 10/07/2015. Último movimento de juntada, em 15/07/2015. Vinculado ao processo n.º 0002078-95.2014.4.02.5104 (IPL), no qual o último despacho, de 07/11/2014, determinou a remessa dos autos ao MPF.



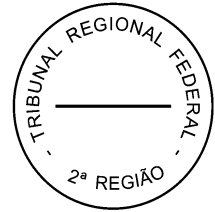
PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0003144-13.2014.4.02.5104 (físico), autuado em 22/10/2014. Deferida a interceptação em 12/12/2014. Posteriores prorrogações e novos pedidos igualmente deferidos. Em 31/07/2015, foi determinada condução coercitiva de investigados, decretada a prisão preventiva de outros e expedição de mandados de busca e apreensão. Indeferida a revogação das prisões preventivas, em 28/08/2015, e novamente em 03/09/2015, 04/09/2015, 11/09/2015 e 15/09/2015. Diante do término das interceptações, foi revogado o segredo de justiça dos autos, em 10/09/2015. Revogação da prisão preventiva de um dos réus e decretada sua prisão domiciliar, em 17/09/2015. Novo indeferimento de revogação da prisão preventiva, em 25/09/2015. Decisão em 30/09/2015, também indeferindo revogação da prisão preventiva, bem como sua conversão em prisão domiciliar. Última decisão em 14/10/15, declinando da competência para uma das varas criminais da capital. Vinculado ao processo 0003133-81.2014.4.02.5104 (IPL), no qual o último despacho determinou o desmembramento do feito, e recebeu a denúncia, em 25/09/2015.

0003579-21.2013.4.02.5104 (físico), autuado em 20/03/2013. Primeiro despacho em 25/03/2013, decretando segredo de justiça e determinando intimação do MPF. Segundo e último despacho de 12/04/2013, com nova remessa ao MPF, a partir de 15/04/2013. Sem processo vinculado.

0003734-24.2013.4.02.5104 (Físico), autuado em 28/06/2013. Indeferida a medida em 11/07/2013, tendo sido determinada, dentre outras providências, a remessa dos autos à autoridade policial, efetuada em 02/08/2013. Vinculado ao processo n.º 0003731-69.2013.4.02.5104, na qual foi proferida sentença condenatória, em 04/11/2013, com a determinação de expedição de carta de execução provisória do julgado, em 09/06/2014. Com o trânsito em julgado, a execução tornou-se definitiva, cf. despacho de 06/08/2014.

0803160-45.2011.4.02.5101 (Físico), autuado em 26/04/2011, inicialmente distribuído à 8ª VF/Criminal/RJ, e redistribuído à 3ª VF/VR em 19/07/2011. Último despacho de 16/09/2011, determinando remessa dos autos à autoridade policial e posteriormente, ao MPF. Último movimento de remessa para DPF, em 16/09/2011. Vinculado ao processo n.º 0812248-44.2010.4.02.5101 (IPL), no



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

qual o último despacho, de 01/04/2011, determinava a distribuição por dependência deste inquérito às demais cautelares penais e posterior conclusão. Último movimento de remessa ao MPF, em 24/08/2011.

Analizados, presencialmente, também os seguintes processos:

0003625-10.2013.4.02.5104 (físico), autuado em 18/04/2013, inicialmente distribuído à 2ª VF/VR. Deferido o afastamento dos sigilos bancário e fiscal, em 12/06/2013 (fls. 55/65). Último despacho de 17/12/2013, determinando vista ao MPF, tendo sido devolvidos os autos em 24/06/2015, mesma data em que redistribuídos os autos à 3ª VF/VR. **Sem movimentação posterior.** Vinculado ao processo n.º 0002246-68.2012.4.02.5104 (Ação penal), na qual, em 17/08/2015, foi recebida a denúncia (fl. 20/21) **Sem etiqueta de prescrição na capa ou certidão na contracapa. Sem controle de prescrição no sistema.** Último movimento de juntada, em 16/10/15.

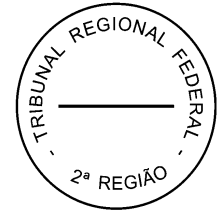
Fonte: Planilha Apolo – Excel, Réu Preso, extraída em 07/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 16/10/2015.**

**. PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (Art. 263 da CNCR):**

Em consulta de expedientes efetuada no Apolo (Tipo 16 – CESP), não havia dados a relatar com relação a cartas de execução de sentença penal, no período de 01/10/2014 a 30/09/2015.

De acordo com o questionário pré-correição, porém, foram expedidas 02 cartas de execução provisória de sentença penal (CEX), cadastradas sob outro código, na seguinte situação:

CEX.0403.000004-1/2015, expedida no bojo do processo n.º 0000429-37.2010.4.02.5104, em 17/06/2015. Sentença condenatória proferida em 08/05/2015, e recebida a apelação em 17/06/2015, mesma decisão que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinou a expedição da carta em relação a um dos réus. Os autos foram remetidos ao TRF em 28/09/2015.

CEX.0403.000005-6/2015, expedida no bojo do processo n.º 0003444-48.2009.4.02.5104 (análise presencial), em 06/08/2015. Sentença absolutória proferida em 04/11/2013. Autos remetidos ao TRF em 16/12/2013 e devolvidos em 05/08/2015. Certidão de trânsito em julgado à fl. 259, em 23/07/2015. Ordem de expedição da carta de execução em 05/08/2015 (fl. 260). Carta expedida em 09/09/2015 (fls. 265/267).

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, e Consulta de Expedientes Apolo – CESP (tipo 16), extraída em 05/10/2015 (sem dados a relatar), questionário pré-correição, item 3.4.b, e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015**.

### **. PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO (AGUARDANDO EXPEDIÇÃO DE CESP).**

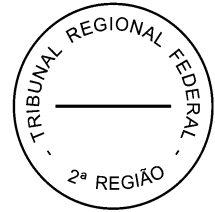
Segundo relato da equipe criminal do Juízo Correicionado, não há processos com sentença condenatória transitada em julgado, sem que tenha sido providenciada a expedição da Carta de Execução Penal correspondente.

### **. PROCESSOS COM REVOGAÇÃO DE ORDEM DE PRISÃO**

Segundo o servidor responsável pelo setor, não existem processos nesta situação.

Foi relatado, porém, que consta um processo com mandado de prisão EM ABERTO, na seguinte situação:

00043533220054025104 – Autuado em 06/12/2005. **Sem etiqueta resumida de prescrição na capa, nem certidão na contracapa. No sistema, controle de prescrição incompleto, sem aviso/lembrete cadastrado.** Sentença condenatória (tipo D1), proferida em 18/06/14 (fls. 283/333), em conjunto para os processos de n.º 00007744220064025104 e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00008506620064025104, reconhecendo o direito do réu de recorrer em liberdade. Certidão de trânsito em julgado em 01/08/14 (fl. 337). **Sem movimento posterior.** No sistema, consta o movimento tipo “aguardando devolução de mandado”, desde 20/02/15.

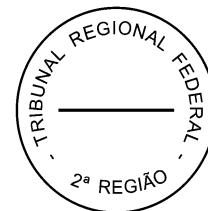
O processo em apenso, de n.º 00008506620064025104, possui etiqueta resumida na capa para controle de prescrição, mas **sem certidão na contracapa, e também com controle incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado.** Último movimento tipo “aguardando devolução de mandado”, em 14/09/15.

Já no apenso de n.º 00007744220064025104, também **sem etiqueta de prescrição na capa, ou certidão na contracapa, e controle igualmente incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado.** Neste processo, prolatada a sentença, a Ré interpôs recurso de apelação (fls. 524/534), não recebida em 09/07/2014 (fl. 537), tendo sido certificado o trânsito em julgado em 01/08/14 (fl. 539). Determinada expedição de mandado de prisão e de Carta de Execução de Sentença Penal, em 05/08/14 (fl. 540). Prisão não foi efetuada, conforme ofício de fl. 561, de 28/05/2015. Último movimento tipo “aguardando devolução de mandado”, em 08/10/15.

Segundo aquele mesmo servidor responsável, não há suspensão de processo neste caso, sendo acompanhada a tramitação do feito, que é mantido em escaninho próprio. O movimento 51 é feito mensalmente para não ficar parado. O mesmo servidor afirmou ainda que pedirá orientação à magistrada, acerca de eventual suspensão do processo até o cumprimento do mandado.

Fonte: Planilha Apolo – Excel, Réu Preso, extraída em 07/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 15/10/2015.**

. **EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC (BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS) (Art. 264 da CNCR):**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição, bem como de acordo com o informado pelo setor criminal, na ocasião da correição presencial, não há processo em tramitação no órgão correicionado com BIC expedido.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/10/2015, e Consulta de Expedientes Apolo (tipo 15), extraída em 05/10/2015, sem dados a relatar, e questionário pré-correição, item 3.4.c.

**. CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL  
(art. 248 a 250 da CNCR):**

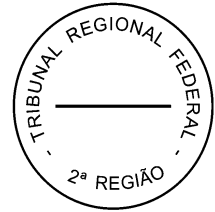
De acordo com o questionário pré-correição (item 3.6.3):

*“O controle é feito em conformidade com o Provimento T2-PVC- 2010/00084 de 25/11/2010, ou seja, com uso de etiqueta na capa do processo e, subsidiariamente, por meio de planilha criada pelo supervisor do setor criminal.” (g.n.)*

Assim, foram analisadas presencialmente no juízo correicionado, por amostragem, além das ações penais já analisadas no âmbito das Metas do CNJ, outras ações penais, cujo detalhamento visa verificar se o Juízo Correicionado realiza e de que forma o controle de prescrição penal, na forma a seguir:

00017372120044025104 – Autuado em 29/07/2004. Etiqueta de prescrição resumida na capa, mas **sem indicar a certidão respectiva nos autos.** Certidão na contracapa e às fls. 127/128. Controle de prescrição no sistema, com aviso/lembrete cadastrado. Denúncia oferecida em 11/03/08, recebida em 12/04/12 (fls. 77). Absolvição sumária indeferida à fl. 121 (sem data no corpo da decisão). Determinado o desmembramento do feito, em 11/06/14 (fl. 150). Último despacho de 29/09/15 (fl. 354), para intimação da DPU sobre o interesse na oitiva de testemunha. Petição juntada em 05/10/15.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500083-53.2015.4.02.5104 – Autuado em 11/03/2015. Há controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, reportando-se à certidão de fl. 12, com cópia na contracapa. Controle de prescrição no sistema, com aviso/lembrete cadastrado. Denúncia oferecida em 17/08/15, recebida em 19/08/15 (fls. 08/09). **Última petição juntada sem certidão nos autos, protocolada em 24/09/15 e juntada no sistema em 30/09/15.**

00037957920134025104 – Autuado em 04/09/2013. Controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, **sem indicar a certidão respectiva nos autos, à fl. 54** (com cópia na contracapa). **Controle de prescrição incompleto no sistema, sem aviso/lembrete cadastrado.** Denúncia oferecida em 04/09/13, recebida em 23/09/13 (fl. 10). Absolvição sumária indeferida às fls. 60/62, em 07/03/14. Alegações finais do MPF (fls. 198/204). Último despacho de 19/06/15 (fl. 205), abrindo prazo para alegações finais da defesa, juntadas em 25/08/15 (fls. 206/218), **ainda sem conclusão.**

00006326220114025104 – Autuado em 23/03/2011. Há controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, e completa na contracapa, reportando-se à certidão de fl. 134 dos autos. No sistema, controle de prescrição com aviso/lembrete cadastrado, reportando-se às certidões de fls. 74, 129/130 e 134. Proposta de suspensão condicional do processo homologada em audiência, em 19/09/2012, pelo prazo de 2 anos (fl. 115). Sentença extinguindo a punibilidade em 16/03/2015 (fls. 189/190). Último despacho de 26/08/2015, determinando vista ao MPF e juntada de ofício da Polícia Estadual (fls. 202/213). Concluso para despacho em 11/09/15, sem minuta de texto no sistema.

00036177220094025104 – Autuado em 04/12/2009. Há controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, reportando-se à certidão de fl. 176 dos autos, com cópia na contracapa. **No sistema, controle incompleto, sem aviso/lembrete cadastrado.** Denúncia recebida em 09/11/2010 (fls. 59/60). Em seguida, às fls. 63/69, foi declarada nula a decisão anterior e rejeitada a denúncia, em 22/03/2011. Provido o recurso em sentido estrito interposto pelo MPF (fl. 132, em acórdão de 28/02/2012), para dar



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

prosseguimento ao feito. Sentença absolutória (tipo D2), prolatada em 14/10/14 (fls. 224/228). Último despacho de 27/05/15 (fl. 252), determinando expedição de ofício ao TRF-1ª Região, como solicitado pela CEF. **Último movimento de juntada, em 22/09/2015.**

00037623120094025104 – Autuado em 15/12/2009. Há controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, reportando-se à certidão de fl. 293. No sistema, há controle de prescrição, com aviso/lembrete cadastrado. Denúncia rejeitada em 17//11/10 (fls. 97/102) e recurso em sentido estrito provido em acórdão de 24/05/11 (fl. 153), transitado em julgado em 08/03/12 (fl. 249v). Denúncia recebida em 07/05/12 (fl. 251). Homologada proposta de suspensão condicional do processo em audiência realizada em 06/06/12 (fl. 261/262). Sentença extintiva da punibilidade (tipo E-1), em 03/12/14 (fls. 310/311). Último despacho de 08/06/15 (fl. 343), determinando expedição de ofício ao TRT-1ª Região e posterior baixa e arquivamento dos autos. Último movimento de juntada, em 22/09/15 (fls. 364/365).

00033203120104025104 – Autuado em 24/11/2010. Há controle de prescrição por etiqueta resumida na capa, **sem indicar a certidão respectiva nos autos (à fl. 191),** com cópia na contracapa. No sistema, aviso/lembrete cadastrado, reportando-se à certidão constante dos autos. Homologada suspensão condicional do processo em 04/09/13 (fls. 196/197). Denúncia recebida em 15/01/13 (fls. 287). Último despacho de 29/09/15, determinando vista ao MPF sobre o cumprimento das condições (fl. 344), tendo sido devolvidos os autos em 09/10/15, sem parecer.

**. CARTA PRECATÓRIA PENAL (Classe 28001):**

Total: 10

Suspensos: 02

Em tramitação: 08

Analizados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0500252-40.2015.4.02.5104 (autuada em 01/07/2015), para colheita de prova oral, por videoconferência, em audiência designada para o dia 10/11/2015 (fl. 30).

0500407-43.2015.4.02.5104 (autuada em 31/08/2015), para oitiva de testemunha por videoconferência, em audiência designada para o dia 18/11/2015 (fl. 04).

0500437-78.2015.4.02.5104 (autuado em 14/09/2015), para oitiva de testemunha. Processo concluso para despacho em 15/09/2015, com minuta de texto no sistema.

0500490-59.2015.4.02.5104 (autuado em 18/09/2015), pra oitiva do réu, em audiência marcada para o dia 21/10/2015 (fl. 21).

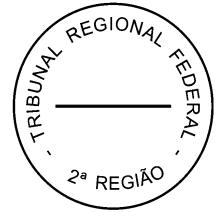
Também foram analisados, eletronicamente, os seguintes:

0500362-39.2015.4.02.5104 (autuada em 14/08/2015), para oitiva de testemunha, em audiência designada para o dia 14/10/2015.

0500375-38.2015.4.02.5104 (autuada em 20/08/2015), para oitiva de testemunha, em audiência designada para o dia 13/10/2015. Cancelada a audiência em 16/09/2015, quando foi determinada a remessa da carta precatória de caráter itinerante, para a Subseção Judiciária de São João de Meriti, enviada em 24/09/2015.

0500423-94.2015.4.02.5104 (autuada em 09/09/2015), para colheita de prova oral, em audiência designada para o dia 15/10/2015.

0500491-44.2015.4.02.5104 (autuada em 18/09/2015), para oitiva de testemunha/informante, no dia 13/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntico e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de outubro/2015, Planilha Apolo Excel - Intimados, Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 07/10/2015.**